

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.



CD/21109.96074-00

EMENDA ADITIVA Nº _____ 2021

(da Sra Aline Gurgel)

Dê-se a seguinte redação à Medida Provisória nº 1.070, de 13 de setembro de 2021:

Art. 2º O Programa Habite Seguro é destinado aos seguintes profissionais de segurança pública:

(...)

V – Guardas Portuários:

- a) Ativos;**
- b) Inativos; e**
- c) Aposentados.**

JUSTIFICAÇÃO

A Lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que veio para regulamentar o Art. 144 da Constituição Federal que trata da Segurança Pública, veio para promover o incentivo à troca de informações e à integração das instituições de Segurança Pública. Os Portos são sabidamente áreas estratégicas no contexto da Segurança Pública e são notoriamente locais dos mais diversos crimes, inclusive transnacionais. Assim sendo, o legislador infraconstitucional atribuiu à Guarda Portuária papel de relevância no SUSP, conforme Art. 9º da Lei 13.675/18:

§ 2º São integrantes operacionais do Susp:

(...)

XVI - guarda portuária.

A referida Lei criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade. Diversos são os artigos da Lei do SUSP que preveem a valorização dos integrantes do sistema, *in verbis*:



Art. 25. Os integrantes do Susp fixarão, anualmente, metas de excelência no âmbito das respectivas competências, visando à prevenção e à repressão de infrações penais e administrativas e à prevenção de desastres, que tenham como finalidade:

VI - apoiar e promover o sistema habitacional para os profissionais de segurança pública e defesa social.

Art. 38. É instituído o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (Sievap), com a finalidade de:

IV - identificar e propor mecanismos de valorização profissional.

§ 1º O Sievap é constituído, entre outros, pelos seguintes programas:

IV - programa nacional de qualidade de vida para segurança pública e defesa social.

§ 2º Os órgãos integrantes do Susp terão acesso às ações de educação do Sievap, conforme política definida pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

Apenas a título elucidativo, além da já citada lei do SUSP, citamos algumas leis do arcabouço normativo em que a Guarda Portuária se encontra, dentre elas a Lei dos Portos (lei 12.815/2013) e a Lei do Desarmamento (Lei 10.826/2003).

Ressalta-se que os Guardas Portuários são os agentes do Estado Brasileiro que controlam o acesso e saída de pessoas, de veículos e de cargas dos Portos Organizados do Brasil, consoante convenções internacionais do qual o Brasil faz parte como o SOLAS (Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar) internalizada pelo Decreto Legislativo nº 645/2009 e promulgada pelo Decreto nº 9.988 de 26 de agosto de 2019.

Decorrente do SOLAS surgiu o ISPS-CODE (Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias) que Dispõe sobre a coordenação e articulação dos órgãos federais, bem como sobre os níveis de proteção dos navios e das instalações portuárias, da adoção de medidas de proteção aos navios e instalações portuárias, e institui a Rede de Alarme e Controle dos Níveis de Proteção de Navios e Instalações Portuárias, e dá outras providências. O ISPS-CODE foi internalizado pelo Decreto nº 6.869 de 04 de junho de 2009. Dispensaremos à colação de trechos importantes, porque a própria disposição do decreto é auto-explicativa.

Pelo exposto, e considerando as informações aqui citadas, contamos com a compreensão de nossos colegas Deputados para aprovação da referida Emenda Aditiva visando à inclusão da Guarda Portuária neste importante programa habitacional para os



profissionais de Segurança Pública do Brasil, por ora,
denominado Habite Seguro.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2021

Aline Gurgel
Deputada Federal AP
Republicanos



CD/21109.96074-00